

## 2.3 GESTÃO SOCIOESPACIAL

As propostas da **EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL** para a área físico-territorial resumem-se em:

- adoção de soluções urbanas adequadas ao microclima local;
- manutenção dos níveis de qualidade atmosférica;
- melhoria das condições de permeabilidade do solo urbano;
- estabilização de áreas de risco;
- definição de sistema hierarquizado de áreas verdes urbanas com distribuição quali-quantitativa da cobertura vegetal na malha da cidade;
- recuperação de áreas degradadas procurando incorporá-las à estrutura urbana, valorizando seus aspectos naturais;
- regulamentação do zoneamento de uso do solo, através da setorização da área urbana, com definições quanto aos usos permitidos, permissíveis e proibidos para cada zona, bem como os índices urbanísticos apropriados, visando a consolidação do modelo de estrutura urbana proposta;
- definição e estruturação das áreas periféricas mais adequadas para acomodar novos assentamentos;
- adequação dos instrumentos urbanísticos à realidade e possibilidades do crescimento urbano, promovendo, quando viável, a regularização dos loteamentos clandestinos e/ou irregulares;

- definição clara da estrutura urbana desejável, devendo ser considerado em todas as ações desenvolvidas pelo poder público e privado visando sua consolidação;
- inclusão dos instrumentos advindos do Estatuto das Cidades, como parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; direito de preempção; da outorga onerosa do direito de construir; da transferência do direito de construir; das operações urbanas consorciadas; do estudo do impacto de vizinhança.

Especificamente em relação à habitação, tem-se:

- propiciar, induzir e promover a regularização fundiária nas áreas periféricas, favelas e assentamentos irregulares;
- impedir novas ocupações nas áreas públicas e mananciais;
- monitorar e fiscalizar as áreas que sofreram desocupações;
- inibir o adensamento e a ampliação de áreas já ocupadas;
- delimitar e criar Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- criar um Fundo Municipal para Habitação e Desenvolvimento Urbano;
- revisar a Lei de Loteamentos.

Como programas prioritários relacionados a regularização fundiária para os próximos 10 anos, tem-se:

- implantar o Programa de Regularização Fundiária "Papel Legal", o qual pretende tornar legal a posse da terra aos moradores das áreas ocupadas irregularmente, promovendo melhoria dos serviços e do meio ambiente nos bairros, incentivando o exercício da cidadania;
- atender aproximadamente 835 famílias por ano, com a entrega de Título de Domínio Pleno ou Concessão de Uso Especial em áreas regularizadas.